



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002653-84.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
Requerente: **Keny Pereira da Silva**
Requerido: **Jo Calçados**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Vistos.

O autor Keny Pereira da Silva propôs a presente cautelar contra Jo Calçados, pedindo que seja condenada a exibir em juízo as cópias autenticadas dos contratos e documentos que comprovem a exigibilidade e plausibilidade do débito apontado no SERASA/SPC, documento de fls. 15.

Indeferida a liminar às fls. 16.

Réplica de folhas 66/75.

Relatei. Decido.

A presente ação cautelar visa compelir a ré a apresentar em juízo as cópias autenticadas dos contratos e documentos que comprovem a exigibilidade e plausibilidade do débito apontado no SERASA/SPC.

O autor alega que teve seu nome inserido nos órgãos de proteção ao crédito pela ré, oriundo de contrato de número 0540908/04, no valor de R\$ 128,66. Aduz também que solicitou tais documentos à ré, tanto verbalmente quanto através de notificação extrajudicial, porém, sem êxito. Que a apresentação do “contrato” se faz imprescindível para instruir futura ação de revisão de cláusulas contratuais e ou danos morais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em contestação, a ré alega preliminarmente a necessidade de retificação do polo passivo e a carência de ação por falta de interesse processual, haja vista o autor ter ajuizado a presente em momento que o débito em questão já se encontrava integralmente quitado e os documentos originais já lhe tinham sido devolvidos.

Saindo da esfera fática e analisando as preliminares arguidas pela ré, vê-se claramente que é caso de acolhimento da suscitada “falta de interesse de agir”. Não bastando e, não menos importante, também, a “ausência de juridicidade do pedido”. Tudo conforme reza o artigo 267, VI do CPC:

“Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a **possibilidade jurídica**, a legitimidade das partes e o **interesse processual**” – (grifei).

Explico. A ré já forneceu ao autor todos os documentos que tinha disponíveis, e cuja natureza tem a ver com uma simples operação de compra e venda. Não há que se falar em exibição de contrato de compra e venda autenticado quando se trata de uma simples operação de “compra”. Poderia o autor ter requisitado a exibição de uma nota fiscal, por exemplo. Assim sendo, o documento solicitado pelo autor não está em poder da ré porquanto é inexistente. Por analogia, colaciona-se a decisão abaixo:

0938926-45.2012.8.26.0506 - Apelação / Bancários Relator(a): Paulo Roberto de Santana - Comarca: Ribeirão Preto - Órgão julgador: 23ª Câmara de Direito Privado - data do julgamento: 27/05/2015 - data de registro: 01/06/2015 - ementa: medida cautelar – exibição de documentos – extratos relativos à conta vinculada ao fundo 157 – **documentos inexistentes** em razão de ter havido o resgate do valor existente na conta, que ficou com saldo zero – ausência de interesse de agir – extinção do processo decretada de ofício, sem resolução do mérito – art. 267, vi, do cpc – recurso visualizar ementa Completa

Tendo em vista a apresentação dos documentos de que dispunha a ré, em sede de contestação, não há que se falar em condenação em honorários sucumbenciais, diante da ausência de resistência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido:

0005108-74.2012.8.26.0071 Apelação - Relator(a): Francisco Giaquinto - Comarca: Bauru - Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 17/04/2013 - Data de registro: 18/04/2013
 Outros números: 51087420128260071 - **Ementa:** “Medida cautelar de exibição de documentos Honorários advocatícios A condenação de honorários advocatícios de sucumbência ou da causalidade, em ação cautelar de exibição de documentos, deve vir comprovada pela resistência em exibir o documento pretendido Resistência não comprovada Documentos exibidos pela ré, com a contestação, não caracterizando resistência Honorários indevidos nesta hipótese - Sentença mantida Recurso negado.”

Ab initio, determino a retificação do polo passivo, passando a constar Jô Calçados e Bolsas LTDA. Proceda o cartório as anotações necessárias. Pelo exposto, rejeito o pedido, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Por não ter o réu oferecido resistência, deixo de condená-lo no pagamento das custas e honorários sucumbenciais. Custas pela autora, observando-se os benefícios da justiça gratuita. Oportunamente, arquivem-se. P.R.I.C. São Carlos, 11 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**